

2022

Relatório de Atividades

3º Trimestre



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



Presidência

Conselheiro Dimas Ramalho

Vice-Presidência

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Corregedoria

Conselheiro Renato Martins Costa

Conselheiros

Antonio Roque Citadini

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho

Cristiana de Castro Moraes

Corpo de Auditores

Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Procurador Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE-SP

Procurador Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres

Denis Dela Vedova Gomes

Luiz Claudio Manfio

João Carlos Pietropaolo

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier



SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	21
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:	22
2.1	FÍSICOS:	22
2.2	ELETRÔNICOS:.....	23
3.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS	24
3.1	PELO TRIBUNAL PLENO.....	24
3.2	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS.....	24
3.3	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES	24
3.4	PELO CORPO DE AUDITORES	24
4.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC.....	25
5.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	25
6.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	25
6.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	25
6.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).	26
6.1.2.	Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II.....	26
6.1.2.1.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC.....	29
6.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ.....	29
6.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP.....	29
6.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	31
6.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	31
6.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	31
6.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	40
6.4.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	41
6.5.	CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP	43
6.6.	DCE – DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA	43
6.7.	DEP – DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA	44
6.8.	OUIDORIA.....	45
6.9.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	46
6.10.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	47
6.11.	CERIMONIAL	47
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
8.	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP	48



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	22
Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.....	26
Tabela 3 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados	27
Tabela 4 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados.....	27
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas Correntes.....	36
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas de Capital	36
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas Correntes	37
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas de Capital	37
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas Correntes.....	38
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas de Capital	38
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas Correntes	39
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas de Capital	39
Tabela 13 - Atividades da EPCP - 3º Trimestre	42
Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.....	43
Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP	48
Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 3º Trimestre	25
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual	28
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	28

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
Presidente

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tem apostado na linguagem audiovisual para alcançar o público na televisão e nos dispositivos móveis, como forma de dar ampla divulgação ao resultado de suas ações e fomentar o controle social, bem como prestar contas de sua própria atuação. Nesse sentido, a Corte lançou no terceiro trimestre duas ferramentas que facilitam o acesso a conteúdo informativo: **A Sala de Imprensa e o HUB TCESP.**

Além dessas inovações, destaca-se a organização de mais uma **Fiscalização Ordenada**, bem como novas parcerias firmadas com o Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Universidade de São Paulo e UNESP, visando a troca de experiências, capacitação de servidores e conjugação de esforços para aprimoramento das ações de controle externo.

Essas e outras iniciativas encontram-se sintetizadas no presente Relatório, elaborado **em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno**, e que reúne as principais atividades desenvolvidas **no decorrer do 3º Trimestre do Exercício de 2022**, sejam relacionadas ao exercício do controle externo, sejam afetas à dinâmica administrativa interna.



Fiscalização Ordenada – Infraestrutura e Programas Suplementares



No terceiro trimestre, o TCESP **conduziu nova fiscalização ordenada no âmbito da educação**, com o objetivo de avaliar a infraestrutura de escolas municipais e estaduais, incluindo o fornecimento de água, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas, banheiros, cozinhas, locais de convivência, pátios e quadras esportivas. A vistoria avaliou, ainda, inspeções em transporte escolar, uniformes, equipamentos, materiais didático-pedagógicos e computadores com acesso à internet.

Abrangendo 393 unidades de ensino – 329 escolas municipais e 64 estaduais – distribuídas em 393 municípios do Estado, incluindo a Capital, a fiscalização revelou, a exemplo, que 69,55% dos veículos utilizados para transporte dos estudantes estavam irregulares.

Durante a inspeção, os 392 Agentes da Fiscalização do TCESP que participaram da ação encontraram bancos e assentos quebrados, com rasgos e ferragem aparente; cintos de segurança quebrados, faltando ou em péssimas condições de uso; ausência de extintores de incêndio e equipamentos vencidos; pneus carecas e Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) irregulares. Também foram flagrados veículos circulando com lotação acima da capacidade.

Ainda de acordo com as informações coletadas, cerca de 39% das unidades escolares apresentavam problemas de infraestrutura, como goteiras, infiltrações, falta de telhas, rachaduras, presença de mofo e bolor nas paredes, entre outras irregularidades que comprometem a saúde e colocam em risco a integridade dos alunos e dos profissionais da Educação.



Além disso, 65,14% dos banheiros estavam inadequados. Falta de tampa nos vasos sanitários, ausência de portas, de sabão para limpeza das mãos e de papel higiênico foram alguns dos apontamentos feitos. Cerca de 34% das salas de aula também apresentavam algum tipo de problema, como carteiras quebradas, lousas danificadas, vidros e janelas vandalizados e lâmpadas queimadas.

Ademais, 83,97% das escolas vistoriadas não tinham Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) válido. O documento certifica que a edificação atende a um conjunto de medidas estruturais, técnicas e organizacionais de prevenção e combate contra incêndio e pânico.

A fiscalização ordenada foi a terceira ação deste tipo em 2022 e checkou a infraestrutura das escolas, bem como o fornecimento de água, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas, banheiros, cozinhas, locais de convivência, pátios e quadras esportivas. A vistoria incluiu, ainda, inspeções em transporte escolar, uniformes, equipamentos, materiais didático-pedagógicos e computadores com acesso à internet.

O relatório gerencial, com dados segmentados e regionalizados, foi encaminhado aos Conselheiros-Relatores de processos ligados às escolas fiscalizadas.



Acesse o Relatório Consolidado da Fiscalização Ordenada por meio do QR CODE ao lado.

XX Semana Jurídica do TCESP

Tradicional evento realizado anualmente pela Corte, **a XX Semana Jurídica do TCESP ocorreu entre os dias 9 e 12 de agosto**, promovendo debates e contando com exposições sobre temas e cenários relevantes e de interesse, relacionados ao âmbito jurídico e às atividades de competência dos órgãos de controle externo. As palestras foram direcionadas a servidores públicos, representantes de órgãos da Administração Pública, lideranças políticas, estudantes e a demais interessados.

As atividades tiveram início em 09/08 (terça-feira), **com abertura realizada por esta Presidência e palestra inicial proferida pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), Desembargador Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia.**



No período da tarde do mesmo dia, **a palestra 'Inovação e Eficiência na Prestação da Justiça'** foi ministrada pela Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), Desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira.



No dia 10/08, quarta-feira, ocorreu a apresentação do tema '**Constitucionalismo Democrático e Estado de Direito**', pelo Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil entre 2013 e 2016, **Marcus Vinicius Furtado Coêlho**. No período vespertino, o Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP) **Cleber Masson** discorreu sobre '**Crimes contra a Administração Pública: aspectos relevantes**'.

A programação seguiu no dia 11/08 (quinta-feira), com apresentação sobre o tema '**Nova Lei de Licitações**' pelo Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) **Antônio Anastasia**. As atividades seguiram no mesmo dia com a **palestra 'Atuação do Direito na busca da dignidade humana e a redução das desigualdades sociais e regionais'**, ministrada pela Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), Desembargadora **Marisa Santos**.

O encerramento da XX Semana Jurídica ocorreu no dia 12/08, sexta-feira, **com palestra do Ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça**.

Boletim de Jurisprudência

O Boletim de Jurisprudência TCESP, criado no início de 2021, é uma publicação mensal que reúne as principais decisões proferidas nas Câmaras e no Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O objetivo é divulgar a servidores, jurisdicionados e sociedade em geral os julgados mais significativos do Tribunal, propiciando maior transparência e segurança jurídica.

Dentre os critérios utilizados para seleção das decisões, destacam-se: a ocorrência de votos revisores/desempate, discussões e/ou sustentações orais; o ineditismo e/ou relevância da tese; a alteração no entendimento dominante; a reiteração de novo entendimento; e a menção às Súmulas do TCESP.

No trimestre, o TCESP disponibilizou a 14ª, a 15ª e a 16ª edições do Boletim de Jurisprudência, publicação que reúne as principais decisões proferidas pelas Câmaras e pelo Plenário.



BOLETIM DE
JURISPRUDÊNCIA

Utilize o QR CODE ao lado para
acessar os Boletins de Jurisprudência.

O painel apresenta um panorama das entidades que receberam recursos públicos nos âmbitos estadual e municipal.



PAINEL
TERCEIRO
SETOR



tce.sp.gov.br/terceirosetor

Atualização – Painel do Terceiro Setor

Lançado pelo TCESP em 2022, **o Painel de Terceiro Setor recebeu uma série de atualizações durante o trimestre**. A última, realizada em setembro, apontou que o Governo Estadual e as Prefeituras paulistas, exceto a da Capital, destinaram um montante de R\$ 109.426.979.648,77 a 14.371 entidades do Terceiro Setor nos últimos quatro anos.

Os dados coletados revelam ainda que dentre as várias modalidades de parcerias firmadas com as denominadas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), no período de 2019 a 2022, os municípios repassaram R\$ 58.094.509.470,55.

Já o Governo Estadual destinou, no mesmo período, um total de R\$ 51.332.470.178,22 para a execução de políticas públicas por entidades do Terceiro Setor, sobretudo nas áreas da Saúde, Educação, Cultura e Assistência Social.

De acordo com o estudo, **o setor que mais recebeu recursos foi a Saúde, com R\$ 90.678.286.463,06, ou 82,87% do total de repasses públicos realizados.** Em segundo lugar, **a Educação consumiu R\$ 9.605.172.371,09 – um percentual de 8,78% do total de transferências dos últimos quatro anos.** As entidades de Assistência Social aparecem na terceira colocação, **tendo recebido repasses da ordem de R\$ 5.095.125.792,71, ou 4,66% do montante global.**

No ano de 2022, o montante transferido chegou **a R\$ 21.282.172.373,64, sendo R\$ 11.234.323.040,59 por parte dos municípios e R\$ 10.047.849.333,05 advindos do Estado.** Um total de 12.414 entidades receberam os repasses. **Mais de 81% dos valores repassados foram para a Saúde, totalizando R\$ 17.334.214.610,72 bilhões.**

Curso sobre a Nova Lei de Licitações



No âmbito de sua atuação pedagógica, destaca-se no Trimestre **a organização de uma série de seminários voltados a apresentar e debater aspectos relacionados à Nova Lei de Licitações.**



Um curso específico e inicial sobre o tema ocorreu em Araraquara, no Centro Internacional de Convenção Dr. Nelson Barbieri, contando com mais de mil participante presenciais e outros 1,4 mil acompanhando as atividades virtualmente.

Tendo em vista a relevância do tema o TCESP desenvolveu uma série de outros encontros nas Regionais do TCESP para contemplar também jurisdicionados de outros municípios. O primeiro dessa nova série de seminários ocorreu em São Paulo, dia 25 de agosto, e o seguinte em Registro, no dia 15 de setembro, com participação em ambos os eventos de mais de 8 mil pessoas, somados o público presencial e online.

Ao longo dos eventos, técnicos do TCESP apresentaram as principais mudanças na legislação, bem como esclareceram as principais dúvidas sobre o tema. Dentre outros assuntos, foram abordados os mecanismos de governança na nova lei, rotinas administrativas, bem como formas da Administração Pública de se preparar para a implementação da norma e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



Atualização do Painel das Câmaras

No Trimestre, o TCESP também realizou uma nova atualização do Mapa das Câmaras, com números colhidos pelo Sistema de Auditoria Eletrônica (AUDESP). O painel oferece a busca e a visualização dos gastos realizados pelos legislativos municipais, segmentados por município, permitindo ainda que os dados sejam baixados na forma de planilhas.

A manutenção e o custeio das **644 Câmaras Municipais (exceto da Capital), distribuídas no Estado de São Paulo, custam, em média, R\$ 85,96 por cidadão paulista.** Ao longo dos últimos 12 meses, os valores destinados para o exercício do mandato de 6.908 Vereadores nas Casas Legislativas **alcançaram a cifra de R\$ 2.944.304.782,45.**

Com plenários que vão de nove a 34 cadeiras, as Casas Legislativas paulistas abrigam 6.908 Vereadores que representam uma população estimada em 34.252.760 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021.

No cenário atualizado pelo TCESP, o ‘custo-legislativo’ no primeiro quadrimestre do ano – de R\$ 85,96 per capita –, apresenta uma tendência de alta. No exercício consolidado de 2021, com gastos registrados entre janeiro e dezembro, o valor empregado por habitante registrou uma média de R\$ 83,32. No período foi gasto um montante de R\$ 2.854.098.693,62. Em 2020, ano em que a pandemia do coronavírus se disseminou, o ‘custo-legislativo’ foi de R\$ 85,81 por habitante no território paulista. Um total de R\$ 2.914.568.862,42 foi destinado pelos municípios para o funcionamento das Câmaras Municipais.

De acordo com o levantamento, um total de 16 Câmaras Municipais gasta a mais do que a arrecadação do município valores oriundos de recolhimento de impostos (IPTU, IRRF, ISSQN e ITBI) e da cobrança de taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP).

O município de Flora Rica lidera o ranking com um gasto legislativo de R\$ 964.638,40, representando 228,55% da arrecadação municipal, o que gera uma diferença entre custo e receita de R\$ 542.562,72.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Mapa das Câmaras

Relações Institucionais

Convênio com o TJSP na área de licitações e contratos:



No período, o TCESP firmou convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), prevendo intercâmbio de conhecimentos e experiências para desenvolver ações conjuntas, com foco especial nas áreas de licitações e de contratos administrativos.

O termo de convênio proporcionará o desenvolvimento de programas, projetos e atividades comuns entre os órgãos, com o objetivo de unir esforços e aplicar de forma correta as novas normas de licitação e contratos administrativos. O acordo não implicará em despesas para nenhuma das instituições, tendo como vigência inicial o período de 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado.

Ambas as partes, segundo o convênio, se comprometem a buscar formas de implementar um maior entrosamento entre as instituições, de forma a criar, estabelecer e dinamizar redes ou canais de comunicação permanentes entre os tribunais.

Convênio com o Governo do Estado nas áreas de Educação e Tecnologia:



Também no período o TCESP firmou com o Governo do Estado de SP acordo de cooperação técnica nas áreas de Tecnologia e Educação.

Tendo como objeto o setor da Educação, o acordo visa a promoção e o desenvolvimento de projetos para formação, treinamento e qualificação do corpo técnico funcional e da sociedade civil. Entre as atividades previstas estão a realização de cursos, palestras, eventos, seminários e workshops.

O termo também prevê a produção de conteúdo sobre fiscalização dos recursos públicos, controle social, ética e cidadania para alunos do ensino fundamental. A assinatura ainda compreende a distribuição de 200 mil exemplares do **gibi “Faça (a sua) parte: cuidando do que é nosso”**, desenvolvido pelo TCESP em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa. A publicação, que tem como protagonistas os personagens da Turma da Mônica, busca conscientizar crianças e adolescentes sobre os preceitos de combate à corrupção, ética e cidadania.

Na área de Tecnologia, a parceria visa a cessão de licença de uso do **software ‘Diárias-SP’**. O sistema, desenvolvido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado (Sefaz-SP), tem o objetivo de padronizar a sistemática de solicitação de pagamento de diárias, além de aperfeiçoar os sistemas de execução e informação do Estado.

Os acordos não acarretarão qualquer ônus para a Corte de Contas paulista nem implicarão repasses financeiros.

Convênio com o União dos Vereadores do Estado (UVESP):



Ainda no terceiro trimestre a Corte **firmou um acordo com a União dos Vereadores do Estado (UVESP)**, com o objetivo de realizar intercâmbio na área educacional, buscando consolidar atividades conjuntas de capacitação e de treinamento como

cursos, palestras, eventos, seminários, workshops, pesquisas, publicações, dentre outros.

O termo foi assinado no dia 17/08, quarta-feira, tendo como vigência o prazo de 60 (sessenta) meses. Sem qualquer tipo de ônus ou repasses financeiros, o acordo prevê a promoção e o desenvolvimento ações de qualificação técnica no setor de Educação, com atividades presenciais e de Ensino à Distância (EAD), direcionadas aos servidores da Corte de Contas paulista, agentes públicos e representantes da sociedade civil.

TCE e Ministério Público ampliam acordo para fiscalizar recursos e combater corrupção



Com o propósito de compartilhar dados, informações e usar a inteligência artificial e a tecnologia para fiscalizar os recursos públicos, bem como prevenir e reprimir ações que induzam à corrupção, o ***Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e o Ministério Público***

paulista (MPSP) assinaram, no período, termo que objetiva aprimorar o trabalho de controle externo desempenhado pelos órgãos, ampliando o acordo de cooperação firmado pela primeira vez em 2018, o que permitirá, dentre outras ações, o desenvolvimento de uma plataforma tecnológica integrada para uso conjunto dos órgãos.

Pelo acordo formalizado, as instituições se dispõem a desenvolver ações integradas e sistemas de dados e informações – envolvendo Promotorias de Justiça, Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais do TCE – para promover operações planejadas e preventivas no âmbito do controle externo.

Ao acordo original foram acrescentados novos dispositivos que permitem a participação conjunta em editais do Fundo Nacional de Direitos Difusos e similares, bem como a implantação de sistema avançado de monitoramento e gestão, em ambiente físico ou virtual compartilhado, para acesso de servidores das instituições.

Com validade de cinco anos, o acordo permitirá – respeitadas as competências e prerrogativas institucionais de cada órgão – que membros do MPSP tenham acesso online e integral aos processos eletrônicos do TCESP, desde que contem com decisões proferidas. Já os Agentes da Fiscalização da Corte terão acesso a informações relacionadas a investigações e trabalhos que estão sendo conduzidos pelo Ministério Público Estadual.

TCE e USP assinam convênio para aprimorar fiscalização dos recursos públicos



Também no trimestre, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e a Universidade de São Paulo (USP), por meio do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) de São Carlos, firmaram convênio para o desenvolvimento de soluções

de inteligência artificial para o aprimoramento da fiscalização de recursos públicos.

O intuito do convênio é, a partir da análise inteligente de grandes bases de dados de notas fiscais eletrônicas, identificar riscos – especialmente sobrepreço e superfaturamento – e detectar fraudes envolvendo compras entre empresas e o setor público.

O acordo de cooperação técnica tem também o intuito de aprimorar o sistema de controle e gestão dos recursos, por meio de modelos avançados que identificam anomalias nas despesas públicas e apontam possíveis irregularidades em informações contábeis e na remuneração de servidores.

O projeto abrange, ainda, a produção de indicadores de eficácia escolar da rede municipal de ensino no Estado de São Paulo que permitirão a análise da situação da rede de ensino, bem como o desenvolvimento de parâmetros de avaliação e direcionamento mais eficiente de recursos humanos e materiais.

Lista de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares



Ainda no período, o TCESP entregou ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) a lista atualizada dos responsáveis por contas julgadas irregulares nos últimos oito anos.

O documento, com 158 registros e 140 nomes, consiste na relação completa de gestores públicos e ordenadores de despesas responsáveis por contas anuais e prestações de contas julgadas irregulares pelo Colegiado com trânsito em julgado, ou seja, decisões contra as quais não cabem mais recurso.

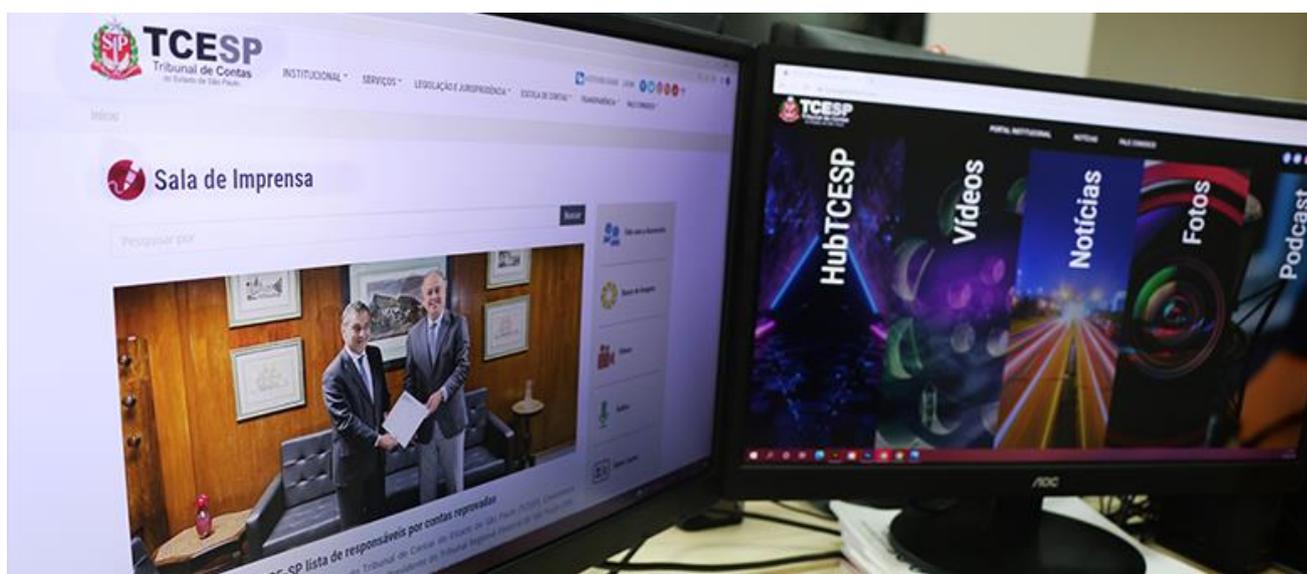
A medida atende ao disposto no artigo 1º, inciso I, alínea “g” e § 4º-A da Lei Complementar nº 64/1990, alterada pela Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa) e pela Lei Complementar nº 184/2021. Pelas regras atuais, constam da lista as autoridades que tiveram as contas reprovadas com imputação de débito, ou seja, com determinação do TCESP para que houvesse devolução de dinheiro aos cofres públicos.

O período considerado pela listagem é de oito anos imediatamente anteriores a cada eleição. A declaração de que o candidato estará apto a participar ou não do pleito é de responsabilidade única e exclusiva da Justiça Eleitoral. A íntegra da lista está disponível para consulta no site do TCESP, na aba ‘Serviços’, campo ‘Responsáveis – Contas irregulares’.

Também no trimestre o TCESP realizou uma atividade com o objetivo de contribuir com o processo de auditoria do sistema de votação. Numa parceria com o TRE-SP, a ação consistiu no preenchimento de cédulas de papel para simular o voto que ocorrerá em 2 de outubro, com os mesmos candidatos que concorrem ao pleito.

As cédulas preenchidas pelos servidores do TCE serão incorporadas às cédulas enviadas pelas mais de 60 entidades e instituições – que também fazem parte do sistema de auditoria realizado em conjunto ao TRE-SP – e utilizadas durante o Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas. A intenção é verificar se os votos digitados nas urnas eletrônicas são os mesmos contabilizados na apuração.

Sala de Imprensa com Conteúdo Digital



Houve também no terceiro trimestre o lançamento de uma área virtual, dentro do portal institucional da Corte, dedicada, especialmente, para os jornalistas e os meios de comunicação. Trata-se da **Sala de Imprensa do TCESP**, plataforma que oferece conteúdo confiável e em primeira mão para os profissionais que buscam e divulgam informações sobre a Corte de Contas paulista.

A plataforma disponibiliza notícias, releases, vídeos, fotos e áudios, entre outros serviços para auxiliar na cobertura dos jornalistas e atender as necessidades rotineiras daqueles que cobrem as atividades exercidas pelo Tribunal de Contas do Estado como órgão de controle externo.



Por meio da Sala de Imprensa do TCESP é possível entrar em contato direto com a Coordenadoria de Comunicação Social para solicitar informações, buscar e fazer download de fotos em alta resolução de eventos, membros, servidores e das edificações do Tribunal localizadas na Capital e nas 20 Unidades Regionais distribuídas no interior e litoral do Estado. Para facilitar o trabalho dos repórteres, o banco de imagens da plataforma conta com filtros que deixam a busca do material desejado mais fácil.

O novo canal disponibiliza, ainda, vídeos e áudios que podem ser utilizados pela imprensa na divulgação dos assuntos que são de seu interesse e traz dados básicos sobre membros do Colegiado do TCE, com a aba 'Quem é Quem'.

Além disso, os jornalistas podem se inscrever na lista de transmissão de informações exclusivas para receber avisos de pauta em primeira mão. Com o lançamento da Sala de Imprensa, o TCESP estabelece um canal direto com os jornalistas, estreita o relacionamento com a imprensa, além de proporcionar ampla divulgação de suas atividades e viabilizar o acesso democrático a todo conteúdo digital produzido pela instituição e por seus parceiros.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar a Sala de Imprensa do TCESP

Lançamento do HUB TCESP



Outra inovação apresentada no período foi o site Hub TCESP, um ambiente virtual, dentro do portal institucional, que reúne todo o conteúdo informativo e digital de comunicação, com vídeos, fotos, notícias, podcasts e outros materiais que divulgam as atividades da Corte.

A interface do Hub TCESP foi desenvolvida para facilitar a busca de assuntos de interesse dos órgãos fiscalizados e dos cidadãos. De fácil navegação, o site centraliza todo o conteúdo produzido pelo TCE e tem como propósito ser um canal de comunicação unificado, de fácil usabilidade, com navegação dinâmica e intuitiva.

O Hub TCESP foi idealizado pela Coordenadoria de Comunicação Social do TCE e desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), não acarretando custos para a instituição. Disponível pelo link www.tce.sp.gov.br/hub, o site é compatível com todos os navegadores de internet. O sistema responsivo do Hub TCESP também permite a navegação e visualização em todos smartphones e tablets, nos sistemas Android e iOS.

O termo Hub (traduzido do Inglês, pivô) ou concentrador é a nomenclatura que se dá ao processo pelo qual se transmite ou difunde determinada informação, tendo como principal característica o fato de a mensagem estar sendo enviada para muitos receptores ao mesmo tempo.



Dentro deste conceito, a ferramenta do TCE-SP foi concebida com a função de interligar os diversos assuntos, formatos e materiais produzidos pelo setor de Comunicação do TCE e disponibilizar o conteúdo de forma organizada e de fácil acesso ao público interessado.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o HUB TCE-SP



1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2022, tomaram posse para o mandato de um ano o Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente, o Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Vice-Presidente e o Conselheiro Renato Martins Costa, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00m.

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - CORREGEDOR**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30m.

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - PRESIDENTE**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00m.

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Utilize o QR CODE ao lado para obter maiores informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.



2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS:

No 3º trimestre de 2022, foram distribuídos aos julgadores **99** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
Acessório 1 – Ordem Cronológica	1	0	1
Acessório 1 – Acompanhamento da Gestão Fiscal	1	0	1
Acompanhamento de Concessões e Permissões	5	0	5
Admissão de Pessoal – Concurso Processo Seletivo	1	1	2
Aposentadoria e Pensão	1	1	2
Balanço Geral do Exercício	1	0	1
Contas de Câmara Municipal	1	0	1
Contrato	7	0	7
Contrato de Gestão	1	0	1
Convênio – Repasses Públicos Terceiro Setor – Entidade Privada	1	0	1
Denúncia	0	1	1
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Entidade Privada - Convênio	8	0	8
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Contratos de Gestão	2	1	3
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Valor Inferior	0	2	2
Prestação de Contas – Repasses Órgãos Públicos Convênios	3	3	6
Recurso Ordinário	51	0	51
Rescisão de Julgado	5	0	5
Revisão de Julgado	1	0	1
TOTAL	90	9	99



2.2 ELETRÔNICOS:

No 3º trimestre de 2022, foram distribuídos **5.378** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCECR	GCRMC	GCRRM	GCCCM	GCSEB	CA	GP	
Ações	4	2		1	2	1		2	12
Adiantamentos	7	9	8	8	9	10		1	52
Atos de Pessoal	1	1	6	3	5	3	758	1	778
Balanço Geral do Exercício							6		6
Concurso Público	2		2		2	1			7
Contas de Prefeitura	19	20	18	22	22	19			120
Contratos	193	199	194	151	202	231	274	5	1449
Controle de Prazos	2	2	3	2	2	3	1		15
EPE	130	134	129	128	127	122			770
Expedientes	42	43	40	48	62	53	22	61	371
Expedientes do Ministério Público	29	17	24	16	19	23	31	91	250
Expedientes do Poder Judiciário	5	10	8	4	16	15	5	28	91
Instrução de Representação								21	21
Multas e Sanções				1					1
Recursos	86	87	96	85	87	82	13	52	588
Relatório de Fiscalização		11		1		1			13
Repasses Públicos	111	67	106	86	111	121	113	2	717
Representação	5	15	12	11	13	13	47	1	117
Total Geral	636	617	646	567	679	698	1270	265	5.378

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS	5.477
---	--------------



3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 3º trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 (onze) Sessões Ordinárias, nas quais o Tribunal Pleno:**

- Apreciou **557 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **613 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.
- Analisou as Contas prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **04 Sessões Virtuais** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **11 (onze) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.068 processos**;
- A Segunda Câmara reuniu-se em **11 (onze) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.061 processos**.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 3º trimestre de 2022 foram proferidas **579 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

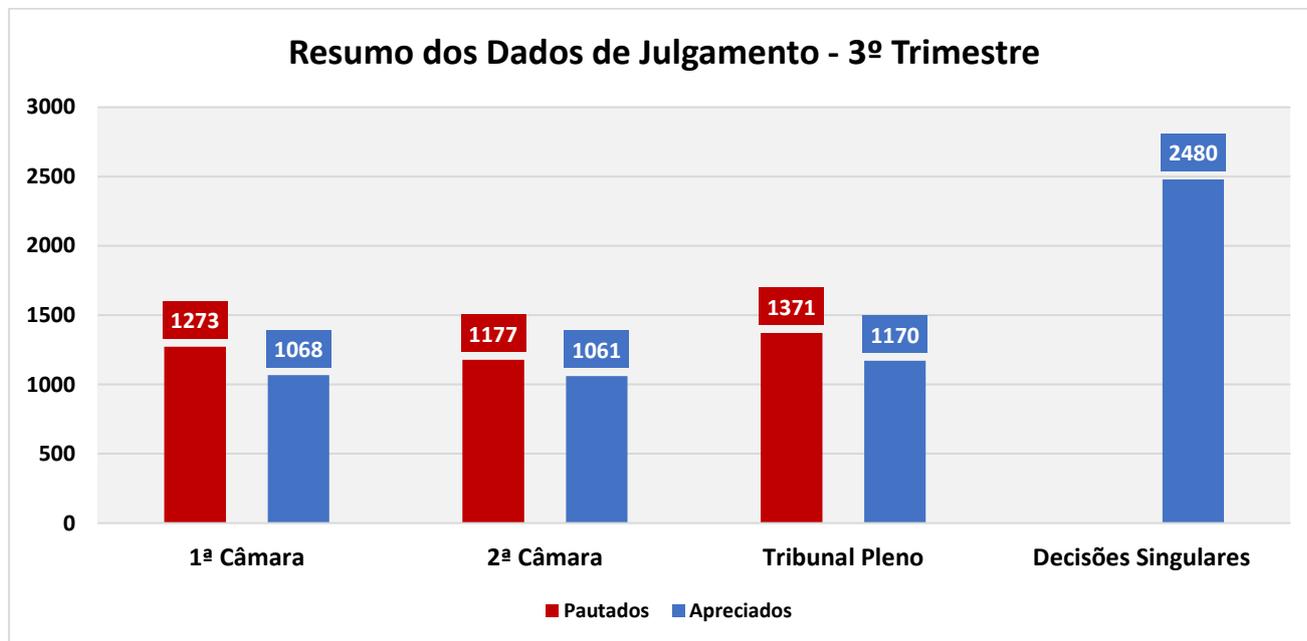
O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No **3º Trimestre de 2022, 1.901 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores.



O gráfico abaixo sintetiza os processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como aqueles submetidos à decisão singular:

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 3º Trimestre



4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **9.095 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 3º Trimestre de 2022, a P.F.E se manifestou em **1.951 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.707 processos**.



6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados (SDG-3), no período, **4.129 processos**, dos quais **471** resultaram em notas taquigráficas (SDG-1).

Já A Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **3.313 certidões**.

6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **8.870 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	639
Processos Eletrônicos	8.231



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE DE 2022 – JULHO – AGOSTO - SETEMBRO

Tais processos instruídos referem-se ao seguinte quantitativo de entes jurisdicionados:

Tabela 3 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	25	39	29	93
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1	-	1	2
AUTARQUIA ESTADUAL	1	-	5	6
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	-	-	1	1
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	-	-	2	2
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	4	3	-	7
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	-	-	3	3
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	3	1	4	8
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	-	-	3	3
MINISTÉRIO PÚBLICO	1	-	-	1
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	-	5	-	5
SECRETARIA	8	3	10	21
TRIBUNAL	1	-	-	1
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	21	10	15	46
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	21	2	3	26
TOTAIS	86	63	76	225

Tabela 4 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	76	105	89	270
AUTARQUIA MUNICIPAL	29	7	14	50
CÂMARA MUNICIPAL	180	119	77	376
CONSÓRCIO MUNICIPAL	20	4	6	30
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	1	-	5	6
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	4	-	6	10
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	-	2	4	6
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	10	7	15	32
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	6	7	8	21
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	2	3	2	7
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	3	8	9	20
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	1	2	2	5
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	-	1	-	1
PREFEITURA MUNICIPAL	212	230	143	585
TOTAIS	544	495	380	1.419



Os processos instruídos eletronicamente, predominantes, apresentam a seguinte segmentação por matéria, tanto na esfera estadual como municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

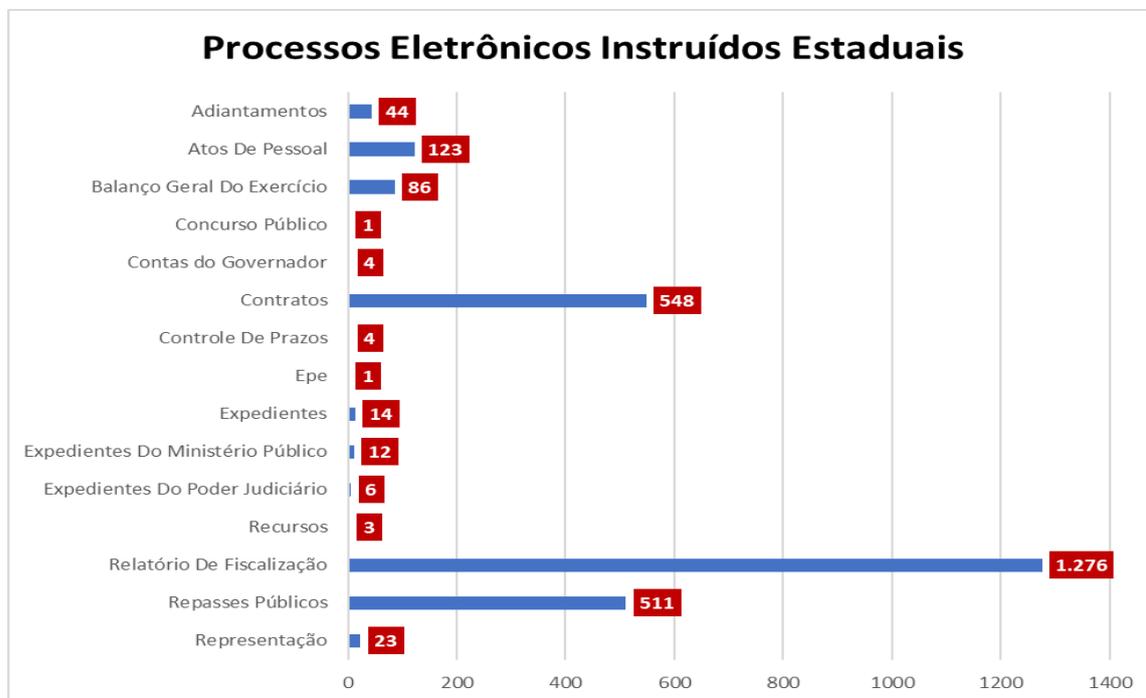
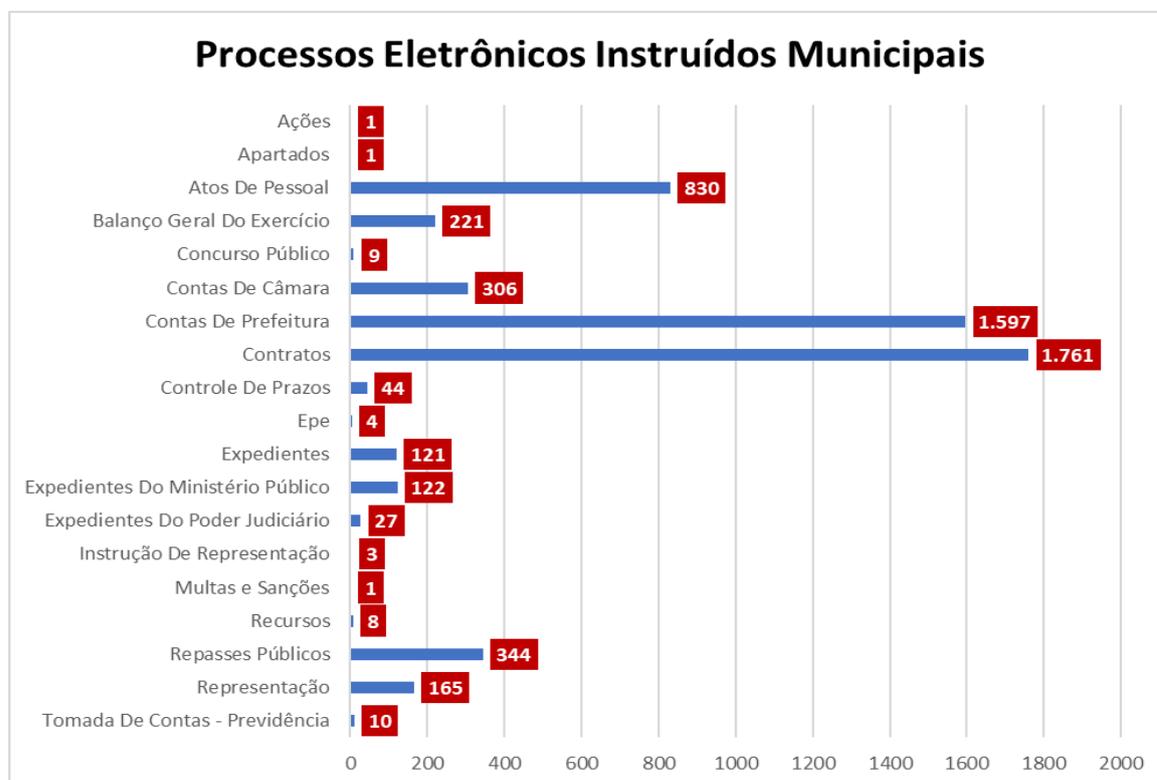


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à Pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.



6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pelas Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **22 novas contratações de obras e serviços de engenharia**, tendo, no mesmo período, instruído **71 processos** da mesma natureza. No fim de junho, o Núcleo registrou um total de **584 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **6.083 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No terceiro trimestre de 2022 a Divisão de Auditoria Eletrônica – AudeSP conduziu as seguintes atividades macro analíticas, por meio de suas seções:



AUDESP-1: Seção de Planejamento e Informações Estratégicas: avaliação de Eficácia Escolar da rede municipal de ensino; análise de variáveis no contexto de jornada de trabalho de médicos nas atividades públicas para controle externo; desenvolvimento de relatórios RIS, PIS, RIP e RECON; ajustes nos sistemas Áquila, Alice e FATO; implementações nos sistemas compartilhados do TCU para acúmulos de cargos/funções públicas; atualizações e ajustes nos processos sistêmicos na Matriz de Risco para o controle externo.

AUDESP-2: Seção Operacional: atendimento de abertura de chamados/ocorrências para público interno e externo em face dos Sistema SisCAA/SisCAAWeb; análises contábeis de dados e informações de órgãos jurisdicionados encaminhados sistemicamente, via Sistema Audesp; extrações e análises de dados para o Sistema ARES; extrações e análises de dados para o Sistema ÁQUILA; avaliações e intervenções técnicas no Sistema AUDESP para as fases I e II; avaliações e intervenções técnicas no Sistema SISCOE; exploração e ajustes de dados no Sistema PORTAL DA TRANSPARÊNCIA; ajustes e melhorias operacionais no Sistema AUDESP para a fase IV; desenvolvimento do Sistema AUDESP para a fase VI; elaboração de demonstrativos do Sistema AUDESP para o controle externo; extrações de dados e interpretação para o controle social e auditoria para o Sistema PORTAL BI.

AUDESP-3: Seção de Indicadores: inclusão de regras no Relatório SMART/IEGM; conhecimento e uso do Sistema DATA LAKE junto ao DTI; ajustes de regras e uso de dados no painel de Saneamento Básico para o controle social; planejamento de tarefas executivas do IEGM/2023, incluindo revisão dos tópicos das 7 dimensões, bem como melhorias aplicadas ao índice, abrangendo o desenvolvimento de geração automática de manual, revisão de processos IEGM e integração com MS-Access, e análise de notas IEGM para voto de contas municipais.



6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.328 processos**.

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.498, de 29 de dezembro de 2021, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2022” foi elaborado em observância à Lei n.º 17.387, de 22 de **julho** de 2021 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2022”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$ 1.082.664.409,00, sendo R\$ 1.080.085.095,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$2.579.314,00 para as Despesas de Capital**. O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.387/21), o Decreto N.º 66.436, de 13 de janeiro de 2022, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2022 e a Portaria Conjunta SO-SPOF-1, de 17 de janeiro de 2022.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2022 (Decreto n.º 66.436/2022) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento. Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, **no valor total de R\$ 37.465.413,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:



1. Expediente SAO nº 2001/2022-1-0001, concluído em 14/02/2022, referente a Crédito Suplementar ao orçamento da Secretaria da Fazenda, com oferecimento de recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado no valor total de R\$ 238.815,00 à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado com efeitos retroativos a 31 de Janeiro de 2022, no Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, visando a cobertura de despesas para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mútua celebrado entre Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, nos termos desse expediente SAO nº 2001/2022-1-00001 (em anexo), apensado no expediente da Secretaria da Fazenda, SAO nº 20007/2022-1-0002.

2. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0002, concluído em 04/02/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 13.549.228,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2022 e 020030-2/2022 de 31/01/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

2.1. Conta 33.90.39 no valor Total de R\$ 2.200.000,00 na seguinte conformidade:

a) Reforma da Unidade Regional de Bauru (UR-02);

2.2. Conta 33.90.40 no valor Total de R\$ 6.000.000,00 na seguinte conformidade:

a) Aquisição de Next Generation Firewall no valor total de R\$ 3.913.000,00 (Fonte 043);

b) Aquisição de Inteligência Artificial no valor total de R\$ 1.500.000,00 (Fonte 043);

c) Aquisição de solução de armazenamento de dados no valor total de R\$ 587.000,00 (Fonte 043);

2.3. Conta 44.90.52 no valor Total de R\$ 5.349.228,00 na seguinte conformidade:

a) Aquisição de solução de back-up no valor total de R\$ 1.900.000,00 (Fonte 043);

b) Aquisição de 800 Tablets ou Smartphones no valor total de R\$ 1.800.000,00 (Fonte 043);

c) Aquisição de Notebooks no valor total de R\$ 1.200.000,00 (Fonte 043);

d) Aquisição de aparelhos de TV 86”, 70” e 55” e outros materiais no valor total de R\$ 250.035,00 (Fonte 003);

e) Aquisição de 20 Notebooks, incluindo garantia de 24 meses e outras despesas no valor total de R\$ 199.193,00 (Fonte 003).



3. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0005, concluído em 12/04/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 3.000.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF nº 020030-4/2022 de 07/04/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

3.1. Conta 33.90.40 no valor Total de R\$ 3.000.000,00 na seguinte conformidade:

a) Aquisição de solução de infraestrutura hiperconvergente (HCI) e switches topo de rack, incluindo prestação de serviços técnicos especializados de implantação, ativação, configuração, testes, migração, documentação, suporte, manutenção e treinamento, propiciando a reestruturação do datacenter do TCESP (SEI 0003008/2021-61).

4. Expediente SAO n.º 2001/2022-1-0007, concluído em 14/06/2022, referente a Crédito Suplementar, no valor total de R\$ 20.455.000,00, com recursos provenientes do superávit do tesouro da Fonte 041 – Tesouro (superávit), ação 4821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária e ação 1361 – Plano de Investimentos do Tribunal de Contas, na seguinte conformidade:

4.1. Conta 33.90.39 (Outros Serviços de terceiros – pessoa jurídica), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor Total de R\$ 4.637.000,00 na seguinte conformidade:

a) Gastos adicionais com licitação do plano de saúde no valor total de R\$ 4.637.000,00.

4.2. Conta 33.90.46 (Auxílio Alimentação), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor total de R\$ 8.040.000,00 na seguinte conformidade:

a) Reajustes no Vale Refeição e Auxílio Alimentação no valor total de R\$ 8.040.000,00;



4.3. Conta 44.90.51 (Obras e instalações), atividade 1361 (Investimentos), no valor total de R\$ 3.800.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Reforma da Unidade Regional de Fernandópolis no valor total de R\$ 1.400.000,00;
- b) Reforma da Unidade Regional de Sorocaba no valor total de R\$ 1.400.000,00;
- c) Reforma da Unidade Regional de Araçatuba no valor total de R\$ 1.000.000,00.

4.4. Conta 44.90.52 (Equipamentos e material permanente), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor total de R\$ 3.978.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Mobiliários em geral no valor total de R\$ 478.000,00;
- b) Aquisição de 500 notebooks no valor total de R\$ 3.500.000,00;

5. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0009, concluído em 26/05/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 700.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF nº 020030-5/2022 de 20/05/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

5.1. Conta 33.90.30.61 (Peças, acessórios e componentes de informática), no valor Total de R\$ 700.000,00, conforme SEI 0001471/2022-59, na seguinte conformidade:

- a) 400 kits compostos de memória DDR\$ e unidades de armazenamento SSD NVM;
- b) 440 travas de segurança;
- c) 100 teclados com fio;
- d) 100 mouses com fio;
- e) 100 pendrives;
- f) 80 combos teclado e mouse wireless.



6. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0011, concluído em 11/07/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 500.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-6/2022 de 06/07/2022, ação 6.304 – Plano de Capacitação de Servidores do TCE/SP na seguinte conformidade:

6.1. Conta 33.90.39.31 (Serviços de Apoio ao Ensino), no valor Total de R\$ 500.000,00, conforme SEI 0001471/2022-59, para a contratação do curso de mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas, exclusiva para os servidores deste Tribunal, com turma de 25 alunos e duração de 24 meses conforme SEI 0005730/2022-11.

7. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0013, concluído em 26/07/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 2.681.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-7/2022 de 20/07/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária do TCE/SP na seguinte conformidade:

7.1. Conta 33.90.39.79 (Conservação e Manutenção de Imóveis) no valor total de R\$ 2.681.000,00 para adequação do layout dos andares à estrutura do MPC-SP, renovação das instalações elétricas, adaptação das instalações hidráulicas, adequação às normas de segurança e de acessibilidade, modernização das instalações de TI, renovação do forro e do piso, instalação de sistema de ar-condicionado central, além de visar a padronização de ambientes, o melhor aproveitamento dos espaços e o aprimoramento dos serviços.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2022, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.



Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Fevereiro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Março	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Abril	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Maiο	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Junho	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Julho	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Agosto	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Setembro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Outubro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Novembro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Dezembro	116.541.986	8.221.314	142.075	-	8.363.389	124.905.375
TOTAL	980.167.551	98.220.300	1.697.244	-	99.917.544	1.080.085.095

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Fevereiro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Março	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Abril	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Maiο	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Junho	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Julho	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Agosto	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Setembro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Outubro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Novembro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Dezembro	0	215.920	-	215.920	125.121.295
TOTAL	0	2.579.314	-	2.579.314	1.082.664.409

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE DE 2022 – JULHO – AGOSTO - SETEMBRO

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1 e 41	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	78.511.415	8.172.591	141.379	-	8.313.970	86.825.385
Fevereiro	78.511.415	8.160.846	3.641.379	-	11.802.225	90.313.640
Março	78.511.415	8.160.846	1.641.379	-	9.802.225	88.313.640
Abril	78.511.415	8.160.846	2.641.379	-	10.802.225	89.313.640
Maio	78.511.415	12.160.846	1.711.379	-	13.872.225	92.383.640
Junho	78.511.415	20.837.846	971.379	-	21.809.225	100.320.640
Julho	78.511.415	8.160.846	2.641.379	-	10.802.225	89.313.640
Agosto	78.511.415	8.160.846	941.379	-	9.102.225	87.613.640
Setembro	78.511.415	8.160.846	841.379	-	9.002.225	87.513.640
Outubro	78.511.415	8.160.846	722.379	-	8.883.225	87.394.640
Novembro	78.511.415	8.160.846	441.379	-	8.602.225	87.113.640
Dezembro	116.541.986	4.200.434	442.075	-	4.642.509	121.184.495
TOTAL	980.167.551	110.658.485	16.778.244	-	127.436.729	1.107.604.280

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1 e 41	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL	TOTAL
				CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	0	214.854	-	214.854	87.040.239
Fevereiro	0	3.614.854	-	3.614.854	93.928.494
Março	0	1.064.854	-	1.064.854	89.378.494
Abril	0	344.854	-	344.854	89.658.494
Maio	0	334.854	-	334.854	92.718.494
Junho	7.778.000	334.854	-	8.112.854	108.433.494
Julho	0	334.854	-	334.854	89.648.494
Agosto	0	334.854	-	334.854	87.948.494
Setembro	0	334.854	-	334.854	87.848.494
Outubro	0	334.854	-	334.854	87.729.494
Novembro	0	334.854	-	334.854	87.448.494
Dezembro	0	345.148	-	345.148	121.529.643
TOTAL	7.778.000	7.928.542	-	15.706.542	1.123.310.822

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	72.509.862,85	24.212.776,33	385,56	-	24.213.161,89	96.723.024,74
Fevereiro	68.972.124,29	13.803.101,02	10.378,44	-	13.813.479,46	82.785.603,75
Março	72.847.039,31	11.467.720,27	3.433.932,33	-	14.901.652,60	87.748.691,91
Abril	79.420.339,79	10.567.597,51	847.111,46		11.414.708,97	90.835.048,76
Maiο	68.437.280,41	6.266.680,43	112.978,00		6.379.658,43	74.816.938,84
Junho	81.482.256,23	2.700.457,15	22.225,88		2.722.683,03	84.204.939,26
Julho	77.562.587,95	7.366.255,72	1.438,84		7.367.694,56	84.930.282,51
Agosto	70.226.087,29	9.801.824,41	293.135,76		10.094.960,17	80.321.047,46
Setembro	84.750.430,32	5.013.671,11	5.877,67		5.019.548,78	89.769.989,10
TOTAL	676.208.008,44	91.200.083,95	4.727.463,94	-	95.927.547,89	772.135.556,33

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	17.600,00	-	17.600	96.740.624,74
Fevereiro	-	21.747,05	-	21.747,05	82.807.350,80
Março	-	2.750.506,32	-	2.750.506,32	90.499.198,23
Abril	-	(12.124,80)	-	(12.124,80)	90.822.923,96
Maiο	-	21.990,23	-	21.990,23	74.838.929,07
Junho	11.985,00	18.844,00	-	30.829,00	84.235.768,26
Julho	13.684,45	25.500,00	-	39.184,45	84.969.466,96
Agosto	877.349,00	104.293,92	-	981.642,92	81.302.690,38
Setembro	579.080,11	-	-	579.080,11	90.349.059,21
TOTAL	1.482.089,56	2.948.356,72	-	4.430.455,28	776.566.011,61

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE DE 2022 – JULHO – AGOSTO - SETEMBRO

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	72.509.862,85	3.891.774,75	-	-	3.891.774,75	76.401.637,60
Fevereiro	68.789.304,53	4.937.374,90	10.378,44	-	4.947.753,34	73.737.057,87
Março	72.414.977,47	7.582.640,78	10.767,93	-	7.593.408,71	80.008.386,18
Abril	79.421.728,67	6.840.027,36	53.393,09	-	6.893.420,35	86.315.149,02
Maio	68.437.487,09	10.373.013,55	668.163,87	-	11.041.177,42	79.478.664,51
Junho	81.435.097,17	6.358.036,36	159.996,44	-	6.518.032,80	87.953.129,97
Julho	77.595.644,96	9.260.398,04	108.807,62	-	9.369.205,66	86.964.850,62
Agosto	70.247.961,86	8.593.918,59	305.028,54	-	8.898.947,13	79.146.908,99
Setembro	84.782.310,37	8.647.924,93	75.445,13	-	8.723.370,06	93.505.680,43
TOTAL	675.634.374,97	66.485.109,16	1.391.981,06	-	67.877.090,22	743.511.465,19

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	76.401.637,60
Fevereiro	-	-	-	-	73.737.057,87
Março	-	12.416,50	-	12.416,50	80.020.802,68
Abril	-	11.900,00	-	11.900,00	86.327.049,02
Maio	-	16.342,23	-	16.342,23	79.495.006,74
Junho	-	24.532,00	-	24.532,00	87.977.661,97
Julho	-	70.500,00	-	70.500,00	87.035.350,62
Agosto	21.843,00	2.627.655,60	-	2.649.498,60	81.796.407,59
Setembro	879.473,89	107.056,32	-	986.530,21	94.492.210,64
TOTAL	901.316,89	2.870.402,65	-	3.771.719,54	747.283.184,73

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais



Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º e 2º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado nos dias 07 de Abril e 03 de Junho de 2022, respectivamente.

6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o Departamento atuou no apoio técnico à **3ª Fiscalização Ordenada de 2022**, que avaliou o tema “**Infraestrutura e Programas Suplementares**”.

Quanto ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, o DTI disponibilizou, no período, a versão 4.0 do Sistema SEI, que cuida da tramitação de processos de natureza administrativa. Também atuou na implementação de melhorias a sistemas **como o Painel dos Conselheiros, Painel da Fiscalização Ordenada, Mapa das Câmaras, Painel do 3º Setor e Painel de Obras Paralisadas e Atrasadas**, atualizando não só os dados para consulta, como também adicionando novas funcionalidades e aperfeiçoamentos.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **4.122 atendimentos telefônicos**, sendo **2.155 para usuários internos e 1.456 para usuários externos (511 ligações foram abandonadas)**. No período também foram gerados **4.729 chamados de atendimento**, com um total de **4.840 finalizados**.



6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no terceiro trimestre, elaborou **1.148 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo envio de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **68 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **606 ações** em que este Tribunal se situa no polo passivo.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, realizou **120 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de podcasts, que contaram com mais de **47.000 participantes e 70.000 visualizações**.

Destacam-se:

- a) **XX Semana Jurídica do TCESP:** realizado entre os dias 09 e 12/08, o evento chegou em sua vigésima edição e contou com um público presencial de aproximadamente mil pessoas, sendo ainda acompanhado por mais de 8 mil pessoas de forma remota. Participaram desembargadores, ministros, promotores e especialistas na área.
- b) **Continuidade do Programa de Liderança:** realização de workshops em formato online direcionados a líderes da fiscalização e demais áreas do TCESP. No trimestre, foram realizados os módulos de Gestão do Tempo e Competências da Liderança. para Liderança e Relacionamento. A série “Diálogos no TCESP” continua com a apresentação da recente pesquisa sobre “Clima Organizacional”.



- c) **Ouvidoria:** em continuidade com os temas constantes do planejamento estratégico, a ouvidoria promoveu outro encontro para tratar sobre o combate do assédio moral e sexual.
- d) **Nova Lei de Licitações:** tendo em vista a alta demanda por esse tema, está sendo desenvolvida uma série de encontros nas Regionais do TCESP para contemplar também jurisdicionados de outros municípios. Foi realizado o primeiro encontro em São Paulo dia 25 de agosto e em 15 de setembro, o evento foi promovido em Registro com participação síncrona de mais de 8 mil pessoas entre público presencial e online. Ainda há para o próximo trimestre a programação de mais três encontros: Em Presidente Prudente, Bauru e São José dos Campos.
- e) **Conselhos Municipais de FUNDEB:** após a realização de Conselhos Municipais de Saúde no trimestre anterior, foi promovido um evento com foco em FUNDEB no dia 18 de agosto com registro de quase mil participantes em tempo real.

A **Biblioteca do TCESP** – subordinada à EPCP – realizou **698** atendimentos presencias e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 3º Trimestre

3º Trimestre - 2022	Quantidade de Eventos	Número de Participantes	Visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	56	45.815	70.235
<i>Cursos e eventos promovidos por outros Tribunais de Contas ou Instituições</i>	1	593	-----
<i>Reuniões e visitas técnicas</i>	57	369	-----
<i>Podcontas</i>	6	775	-----
TOTAL	120	47.552	70.235



6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte. No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
Atendimentos	Telefone	381	417	380	1.178
	Fale Conosco	776	1.030	715	2.521
	“Web”	358	279	218	855
	“Phone”	3	3	2	8
	E-mail	11	9	13	33
	Outros	404	739	482	1.625
Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos		127	231	335	569
Envio de e-mails (Comunicados)		350	162	190	158
Cadastros	Advogados	172	198	164	534
	Partes	537	882	639	2.058
	Órgãos	18	46	35	99
	Participação PILOTO ¹	4	2	3	9
	Processos Cadastrados PILOTO	2	7	4	13
	Liberação do PILOTO para Produção	1	1	1	3

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se a incorporação de funcionalidades para integração do sistema com a nova plataforma de Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, bem como o desenvolvimento de funcionalidades para suporte ao Sistema de Julgamento Virtual de processos.

6.6. DCE – DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA

Criada pelo Ato GP nº 08/2022 e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, dentre outras, atribuições relativas ao acompanhamento e coordenação dos processos de planejamento e de desenvolvimento organizacional, bem como das informações gerenciais, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para atuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.



No trimestre, a Diretoria em ações relacionadas à Gestão e Monitoramento do Plano Estratégico 2022-2026, abrangendo a estruturação do portfólio de projetos estratégicos em conjunto com Gestores e Gerentes e o desenvolvimento e disponibilização dos painéis de monitoramento das atividades.

No âmbito do apoio ao desenvolvimento organizacional, conduziu a realização da 1ª Pesquisa de Clima Organizacional, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas, bem como participou do Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil e no Encontro Virtual de Boas Práticas em gestão de Pessoas, ambos promovidos pelo Instituto Rui Barbosa. Também acompanhou as reuniões Técnicas de elaboração do Planejamento Estratégico do IRB.

Quanto às parcerias e convênios, apoiou o estabelecimento de diversos acordos de cooperação técnica com foco em capacitação e troca de experiências, envolvendo órgãos e entidades como o TJSP, MPSP, UVESP, USP e Instituto Águila de Gestão.

No campo das Atividades de Inteligência, elaborou relatórios sobre temas específicos, como suporte às atividades de instrução e julgamento.

Por fim, na área de estudos e cursos, desenvolveu estudos sobre os temas “Lei Geral de Proteção de Dados” e “Sistema de Integridade” com propostas de ações para adequação do TCESP aos normativos em questão.

6.7. DEP – DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 08/2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio ao Presidente e ao Chefe de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, apresentando subsídio para elaboração do despacho visando ao encaminhamento dos feitos.

No período, a Diretoria preparou **1.023 despachos** no âmbito do Sistema SEI (administrativo), além de **1.000 minutas de despachos no e-TCESP**.

Também conduziu as tarefas necessárias à realização de 4 (quatro) Sessões Administrativas do Tribunal Pleno. Promoveu ainda a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

6.8. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.472 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, processou **51 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Portal WEB



Ouvidoria

924
Solicitações

WhatsApp



516
Solicitações

Ouvidoria das Mulheres



8
Solicitações

0800



73
Solicitações

e-SIC



51
Solicitações

Registre-se ainda o total de **4.639 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

6.9. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCE-SP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCE-SP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCE-SP e iniciativas institucionais.

No 3º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **126 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **65 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado;
- **17 edições** da Newsletter “Notícias do Plenário”, com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



A página registra 15.378 curtidas de página e 18.806 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Facebook em 2013.



Totaliza 9.461 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCE-SP no Twitter) e 5.012 seguidores.



Registra 9.144 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no YouTube em 2013, além de 525.729 visualizações.



17.413 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCE-SP no Flickr em 2015.



São 1.939 publicações desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Instagram em 2016, com 7.646 seguidores.



6.10. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.11. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP. No 3º trimestre de 2022 o Cerimonial se fez presente em **7 eventos internos, 15 receptivos, 8 eventos externos na elaboração de roteiro e suporte técnico protocolar.**

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **3º Trimestre de 2022**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

DIMAS RAMALHO
PRESIDENTE



8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCE-SP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	59/2022	Termo de Ciência e Notificação	01/10/2022
GP	58/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Pleno - Sessão de 28/09/2022	29/09/2022
GP	57/2022	Listas de Exames Prévios de Editais - Sessão de 21/09/2022	22/09/2022
GP	56/2022	Comunicado aos municípios com estabelecimento penal instalado em sua área geográfica	17/09/2022
GP	55/2022	Comunica a desnecessidade do Estado e dos Municípios, além de suas autarquias e fundações, indicarem os valores relativos ao Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	17/09/2022
GP	54/2022	Comunica que se encontra disponível o Formulário para Diagnóstico da Transparência Pública	17/09/2022
GP	53/2022	Listas de Exames Prévio de Editais - Sessão de 14/09/2022	15/09/2022
GP	52/2022	Comunica a publicidade das relações de contas anuais e prestação de contas de repasses do Terceiro Setor julgadas irregulares com ou sem imputação de débito	15/09/2022
GP	51/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Pleno - sessão de 31/08/2022	01/09/2022
GP	50/2022	Prazo para os Municípios se habilitarem ao cálculo da complementação-VAAT (Valor Aluno Ano Total) em 2023	31/08/2022



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE DE 2022 – JULHO – AGOSTO - SETEMBRO

GP	49/2022	Total movimentação de processos em tramitação relativa aos sete primeiros meses	31/08/2022
GP	48/2022	Termo de Ciência e Notificação	31/08/2022
GP	47/2022	Expedição dos ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao terceiro bimestre (RRO) do ano de 2022 das Câmaras e Prefeituras Municipais abaixo relacionadas	31/08/2022
GP	46/2022	Comunica que, Poderes e Órgãos que excederam os limites previstos no artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão eliminar o excesso de despesa com pessoal à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023...	27/08/2022
GP	44/2022	Listas de Exames Prévios Submetidas ao Pleno - Sessão de 24/08/2022	25/08/2022
GP	44/2022	Movimentação Total de Processos em Tramitação em Todas as Dependências da Casa	23/08/2022
GP	43/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Pleno - sessão de 17/08/2022	18/08/2022
GP	42/2022	Relação dos responsáveis por contas anuais e prestação de contas, julgadas irregulares com imputação de débito, encaminhada à Justiça Eleitoral no dia 10/08/2022	12/08/2022
GP	41/2022	Volume de processos julgados no 2º TRIMESTRE do exercício de 2022	05/08/2022
GP	40/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 03/08/2022	04/08/2022
GP	39/2022	Listas de Exames Prévios Editais - Sessão de 27/07/2022	28/07/2022
GP	38/2022	Alerta que o nome de seus servidores e unidades técnicas/administrativas estão sendo indevidamente utilizados como remetentes de mensagens de e-mail fraudulentas, que não têm origem nesta Corte	25/07/2022
GP	37/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 20/07/2022	21/07/2022
GP	36/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 13/07/2022	14/07/2022
GP	35/2022	Comunica aos jurisdicionados, advogados, representantes legais e demais interessados a relação de telefones de contato dos setores da Corte	14/07/2022
GP	34/2022	Total movimentação de processos em tramitação relativa aos cinco primeiros meses em todas as dependências da Casa, incluindo Cartórios e Gabinetes dos Senhores Conselheiros e Auditores	09/07/2022

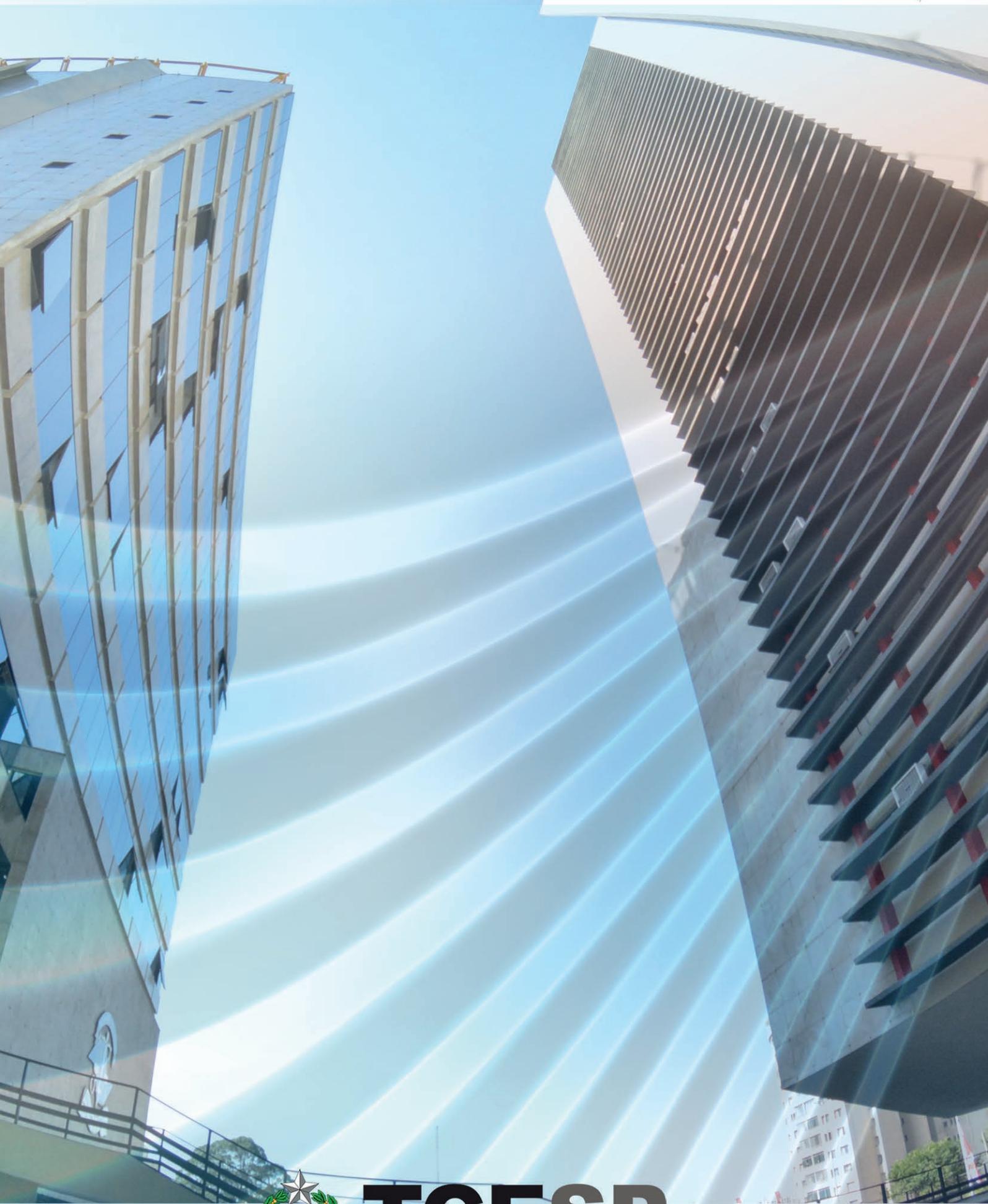


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE DE 2022 – JULHO – AGOSTO - SETEMBRO

GP	33/2022	Expedição dos ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao segundo bimestre (RRO) e primeiro quadrimestre (RGF) do ano de 2022	09/07/2022
GP	32/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 06/07/2022	07/07/2022
GP	38/2022	Alerta que o nome de seus servidores e unidades técnicas/administrativas estão sendo indevidamente utilizados como remetentes de mensagens de e-mail fraudulentas, que não têm origem nesta Corte	25/07/2022
GP	37/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 20/07/2022	21/07/2022
GP	36/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 13/07/2022	14/07/2022
GP	35/2022	Comunica aos jurisdicionados, advogados, representantes legais e demais interessados a relação de telefones de contato dos setores da Corte	14/07/2022
GP	34/2022	Total movimentação de processos em tramitação relativa aos cinco primeiros meses em todas as dependências da Casa, incluindo Cartórios e Gabinetes dos Senhores Conselheiros e Auditores	09/07/2022

Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	12/2022	Órgãos ou entidades proibidas de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal	02/09/2022
SDG	11/2022	Relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios	03/08/2022
SDG	10/2022	Lista de Órgãos ou Entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal	05/07/2022



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo